



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

ATA NÚMERO DOIS/ DOIS MIL E CATORZE

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, pelas dezanove horas, no imóvel sito no edifício Varandas da Lezíria, n.º 15, 5º-D, em Vila Franca de Xira, reuniu-se o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem.

A presente reunião foi convocada pelo Senhor Presidente do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, nos termos e para os efeitos previstos no número 1 do ponto 9.2 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar desta Federação, tendo nela estado presentes todos os seus membros, os quais se pronunciaram sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- Decisão final relativa ao processo disciplinar instaurado ao atleta arguido [REDACTED]

O Conselho de Disciplina deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de decisão final referente ao processo disciplinar em apreço, a qual foi preparada, elaborada e apresentada pelo vogal Renato José Diniz Gonçalves, proposta essa que se dá por integralmente reproduzida nesta parte da ata e que fica anexa à presente ata, constituindo parte integrante da mesma, para os devidos efeitos legais e processuais.

Assim, e nos termos da proposta acima indicada, o Conselho de Disciplina deliberou aplicar ao atleta arguido [REDACTED] a pena de 2 (dois) meses de suspensão de toda a atividade desportiva, com a fundamentação de facto e de direito aí aduzidas e constantes da referida proposta, em conformidade com o preceituado no número 4 do ponto 10.1 do ponto 10 do anexo I do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, o qual consubstancia e integra o Código de Conduta dos Praticantes.

Atendendo à primariedade do arguido e às circunstâncias atenuantes que militam e depõem a favor do arguido, mais delibera o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem aplicar o regime de pena suspensa no caso em apreço, suspendendo a pena disciplinar concretamente aplicada ao arguido até ao final da época desportiva corrente e em curso, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2 do ponto 9.3 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem.

A decisão disciplinar ora tomada deverá ser notificada ao arguido e ao seu ilustre mandatário judicial, constituído no processo, nos termos legais e regulamentares devidos e aplicáveis.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

A presente decisão disciplinar deverá ser objeto de publicitação no sítio da Federação Portuguesa de Canoagem na internet, eliminando-se da respetiva publicitação os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente o seu nome e o número da licença federativa, em cumprimento do disposto no artigo 8º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião cerca das vinte horas, lavrando-se a devida ata, a qual será assinada por todos os membros do órgão.

O Presidente-

O Vogal-

O Vogal-



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

PROPOSTA DE DECISÃO

Na sequência de uma falta não justificada aos sétimo e oitavo estágios da Seleção Nacional de Seniores, realizados respetivamente entre os passados dias 8 a 31 de Julho e 5 a 24 de Agosto de 2013, foi instaurado pela Federação Portuguesa de Canoagem, *doravante designada por FPC*, o presente procedimento disciplinar, no qual é arguido o atleta [REDACTED] nascido a [REDACTED], portador do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], válido até [REDACTED] de 2014, titular da licença federativa n.º [REDACTED]

Em sede de instrução foi possível reunir, por inquérito à prova documental junta e não impugnada, bem como da prova testemunhal produzida, fortes indícios que demonstram ter o arguido incorrido num ilícito disciplinar, porquanto resultou:

I- DOS ATOS INTRODUTÓRIOS

1.º

Por ofício datado de 31 de julho de 2013, com a referência DA 181/13, a Direção da FPC enviou ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Disciplinar da FPC participação disciplinar do atleta arguido.

2.º



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Por despacho datado de 7 de agosto de 2013 e exarado no *supracitado* ofício, foi determinada a instauração do competente procedimento disciplinar.

3.º

No mesmo despacho, cumprindo o disposto no ponto 7.1 do Regulamento Disciplinar, foi nomeado instrutor o Senhor Advogado, Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

4.º

No dia 30 de agosto de 2013, cumprindo com o disposto no ponto 7.2 do Regulamento Disciplinar da FPC, procedeu-se à notificação do arguido da instauração do procedimento disciplinar em apreço.

5.º

O Instrutor, numa comunicação enviada à FPC em 07 de outubro de 2013 - *ancorada no ponto 7.1 do Regulamento Disciplinar da FPC (doravante designado por RD)* - atenta a manifesta falta de suporte documental junto aos autos, solicitou informação adicional aos serviços.

6.º

Tal Informação foi prestada pela FPC a 08 de outubro de 2013.

7.º

A handwritten signature is located in the bottom right corner of the page.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Em 22 de outubro de 2013, nos termos do disposto no ponto 7.3.3 do RD da FPC, foi o arguido notificado da nota de culpa, por via postal registada em mão.

8.º

Arguido que, em 8 de novembro de 2013, por meio de Mandatário Judicial entretanto constituído, respondeu à nota de culpa.

9.º

A este propósito importará trazer à colação o disposto no ponto 8.1 do RD que dispõe que: *"O infrator dispõe de um prazo de 10 dias, a contar da data da notificação, para responder à nota de culpa e indicar os meios de prova que considere adequados à sua defesa, não podendo arrolar mais de cinco testemunhas por cada infração de que seja acusado"*.

10.º

Atento o confronto de datas em que o arguido se considerou notificado do teor da nota de culpa e o ulterior envio da sua defesa, e de ser notória a sua extemporaneidade, optou-se por relevar a omissão, tendo-se efetuado toda a instrução requerida na defesa.

11.º

 3



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Importando salientar que, na defesa à nota de culpa, composta por setenta e um artigos, optou o arguido por centrar a sua defesa em três aspetos que, no nosso entendimento, sintetizam a sua posição:

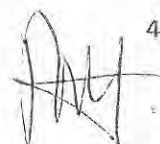
- A) Que lhe foi prometido pelos Órgãos Dirigentes da FPC que, no Ciclo Olímpico agora iniciado, poderia competir na modalidade de um tripulante, *v.g.* denominada de classe K1;
- B) Que se encontra legalmente prevista a obrigatoriedade de ser sempre acompanhado pelo seu treinador pessoal em treinos, concentrações e competições;
- C) Que se trata de um direito constitucionalmente consagrado à cultura física e ao desporto e, por via dele, a possibilidade do arguido, de *motu próprio*, participar e escolher a modalidade em que pretende participar no seio da FPC e, por conseguinte, nas próprias seleções nacionais.

II- DOS FACTOS PROVADOS

Da instrução do processo e da prova produzida no mesmo e carreada para os autos resultam provados os factos seguidamente enunciados.

12.º

O Arguido é portador da licença federativa n.º [REDACTED]

 4



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

13.º

Sendo que, atualmente, pertence aos quadros do Clube [REDACTED] competindo no escalão de seniores e encontrando-se inscrito na FPC desde a pretérita temporada de 2001.

14.º

Resulta também provado não ter no seu boletim individual qualquer registo de sanção disciplinar anterior.

15.º

Por comunicação datada de 19 de junho de 2013, foi convocado para os sétimo e oitavo Estágios da Seleção Nacional de Seniores, realizados, respetivamente, entre os passados dias 8 a 31 de Julho e 5 a 24 de Agosto de 2013.

16.º

Arguido que, apesar de devidamente notificado, não esteve presente nos *supracitados* estágios.

17.º

Tendo sido efetivamente notificado, para o efeito, em data anterior a 24 de junho de 2013.

5



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

18.º

Porquanto, pelas 23h17 desse dia, por mensagem de correio eletrónico enviada à FPC, o mesmo aceitou a convocatória, referindo:

"1. O atleta está disponível para cumprir os estágios, e confirma a sua presença, uma vez garantido o acompanhamento por parte do seu treinador";

"2. Esta é apenas a aceitação das convocatórias para estágio, uma vez que, como a carta indica, será enviada nova convocatória para o Campeonato do Mundo de Pista."

19.º

O arguido veio a, em momento posterior, colocar diversas exigências para integrar a seleção nacional (*que não os supracitados estágios, refira-se*), entre as quais, competir na classe K1 no Campeonato do Mundo Sénior, realizar a sua preparação individualmente e fora de qualquer superintendência da FPC e, para terminar, ser acompanhado pelo seu treinador pessoal, o Senhor [REDACTED]

20.º

Confrontada com tais declarações, foi-lhe comunicado pela FPC que, nos termos do Plano de Alto Rendimento elaborado e vigente na presente época desportiva, encontrava-se programada a sua participação, não na classe K1, mas antes em K2 e K4.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

21.º

Face a esta comunicação, e apesar de previamente ter aceitado a convocatória para os *supracitados* estágios, o arguido recusou integrar os trabalhos.

22.º

Analisando o suporte documental junto aos Autos em 8 de outubro de 2013 e todos os *clippings* da imprensa escrita, facilmente se conclui que o arguido, apesar de inicialmente ter aceitado as convocatórias, recusou, num segundo momento, tomar parte dos estágios em causa.

23.º

Não existindo qualquer justificação plausível para as suas faltas aos 7.º e 8.º Estágios da Seleção Nacional de Seniores.

24.º

Nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 2, do RD, da FPC, foi notificado, no passado dia 30 de agosto de 2013, da instauração do presente procedimento disciplinar.

25.º

Tendo sido notificado da nota de culpa a 22 de outubro de 2013.

7



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Resultando ainda provado que,

26.º

O arguido especializou-se, ao nível da competição desportiva, na modalidade de canoagem de velocidade (*sprint*) praticada em caiaque com um único tripulante, comumente designada por "K1".

27.º

A prática da canoagem de velocidade (*sprint*) em caiaque com um único tripulante exige um acompanhamento específico e um treino especializado diverso do adotado na canoagem de velocidade em caiaque com vários tripulantes.

28.º

O arguido, como constitui facto público e notório e do conhecimento dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, do selecionador nacional e da restante equipa técnica, optou e deseja, a título pessoal, desde que iniciou a prática da modalidade de canoagem de velocidade, especializar-se na prática desportiva de "K1", tida entre os praticantes como modalidade de elite dentro da canoagem de velocidade.

29.º

O Arguido notabilizou-se publicamente e alcançou o pódio e várias medalhas em diversas competições nacionais e internacionais na modalidade de canoagem de velocidade "K1".

 8



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

30.º

Até ao ano de 2008, constituiu prática reiterada, no seio da Federação Portuguesa de Canoagem, a de permitir que o atleta nacional com melhores resultados nacionais e internacionais competisse ao serviço da seleção nacional nas competições de velocidade com um tripulante.

31.º

Até ao ano de 2008, constituiu prática reiterada, no seio da Federação Portuguesa de Canoagem, a de permitir aos atletas que pratiquem a modalidade "K1" serem acompanhados pelos respetivos treinadores pessoais e terem um treino específico e adaptado, diverso do adotado para as modalidades com mais do que um tripulante.

32.º

Em 2009, os titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, o selecionador nacional e a restante equipa técnica impuseram ao arguido, apesar deste último ter logrado obter os resultados que lhe permitiriam o acesso aos jogos Olímpicos de Pequim na modalidade de "K1" e de ter obtido, até então, os melhores resultados nacionais e internacionais na mesma modalidade, a sua participação nas modalidades de canoagem de velocidade com mais do que um tripulante.

33.º



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

A atividade desenvolvida pelo selecionador e pelo treinador é diversa e complementar, sendo o papel deste último essencial, no âmbito do treino especializado, que é exigível adotar no domínio da canoagem de velocidade com um único tripulante.

34.º

Em 2012, ano do Jogos Olímpicos de Londres 2012, os titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem prometeram ao arguido que, caso participasse no decurso desse ano em competições ao serviço da seleção em modalidades de canoagem de velocidade com mais que um tripulante, lhe dariam liberdade a partir desse ano para competir ao serviço da seleção em "K1".

35.º

Assim, o arguido aceitou abdicar de participar na modalidade de "K1" nos Jogos Olímpicos de Londres 2012 com a promessa que lhe dariam liberdade de, a partir desse ano, competir ao serviço da seleção na modalidade de "K1".

36.º

O arguido aceitou abdicar de participar na modalidade de "K1" nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, na convicção de que a Federação Portuguesa de Canoagem iria honrar a promessa e os compromissos assumidos perante o atleta, permitindo ao mesmo competir ao serviço da seleção na modalidade de K1.

37.º

10



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Em 27 de maio de 2013, data anterior à convocatória de 19 de junho de 2013, o arguido fez chegar ao Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem uma comunicação na qual, *grosso modo*, recapitulava e reiterava todos os antecedentes que constam descritos nos artigos anteriores.

38.º

No dia 22 de julho de 2013, pelas 10 horas, foi realizada uma reunião nas instalações do Centro de Alto de Rendimento de Montemor-o-Velho, nas quais decorria o estágio da seleção e no qual estiveram presentes o Presidente do [REDACTED] o então Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, Mário Santos, os Vice-Presidentes da mesma Instituição, José Garcia e Ricardo Machado, o Seleccionador da Equipa Nacional de Velocidade, Ryszard Hoppe, o Treinador Nacional Rui Fernandes e o Treinador José Sousa.

39.º

O treinador do arguido não se encontra presente no estágio e na reunião realizada no dia 22 de julho de 2013 porque não foi emitida uma convocação formal, dirigida àquele, emitida com autorização e pela Direção da Federação Portuguesa de Canoagem.

40.º

Na reunião realizada no dia 22 de julho de 2013 foi comunicado ao arguido que, por decisão unilateral dos titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, do seleccionador nacional e



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

da restante equipa técnica, o mesmo não iria participar no Campeonato do Mundo de Pista na modalidade de "K1".

41.º

Na reunião havida no dia 22 de julho de 2013 foi comunicado ao arguido que, por decisão unilateral dos titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, do selecionador nacional e da restante equipa técnica, o mesmo iria participar no Campeonato do Mundo de Pista nas modalidades de "K2" e "K4".

42.º

O arguido, na reunião realizada no dia 22 de julho de 2013, comunicou aos titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, ao selecionador nacional e à restante equipa técnica presente que não concordava com tal decisão porque a mesma incumpria a promessa efetuada pelas pessoas presentes na reunião de que, a partir de 2012, lhe seria concedida liberdade de competir ao serviço da seleção na modalidade de "K1".

43.º

O arguido, na reunião ocorrida no dia 22 de julho de 2013, propôs aos titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, ao selecionador nacional e à restante equipa técnica presente, uma solução de consenso que passaria pela participação do atleta no Campeonato do Mundo de Pista



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

na modalidade de "K1" e, em simultâneo, de acordo com a opção efetuar exclusivamente pela equipa técnica da seleção, na modalidade de "K2", ou, em alternativa, na modalidade de "K4".

44.º

O arguido, com a referida proposta, pretendia conciliar e conjugar o cumprimento desses compromissos com os interesses coletivos da seleção, assumindo a sua disponibilidade para participar, em simultâneo, numa outra modalidade de canoagem com mais de um tripulante.

45.º

A proposta apresentada pelo arguido não foi aceite pelos titulares dos órgãos dirigentes da Federação Portuguesa de Canoagem, pelo selecionador nacional e pela restante equipa técnica presente na reunião.

46.º

Ao Arguido nunca foi facultado pela Federação Portuguesa de Canoagem o denominado "*Plano de Alto Rendimento e Seleções Nacionais de 2013*", supostamente aprovado em reunião de Direção da Federação Portuguesa de Canoagem, realizada a 22 de dezembro de 2012.

Cumpre salientar que, na base de todo este juízo crítico relativo à prova produzida estiveram, essencialmente, as declarações prestadas pelo Arguido – *que cremos sinceras, idóneas, fidedignas, objetivas e credíveis*-, e bem assim a prova testemunhal produzida consistente nos depoimentos



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

testemunhais colhidos do seu treinador, [REDACTED] bem como do seu antigo Presidente, Dr. [REDACTED]

Estes são os factos provados e que sustentam a acusação deduzida.

Cumpre, agora, aplicar o Direito aos factos.

III- DO DIREITO

Com a sua conduta e atenta a factualidade típica dada como provada, o arguido cometeu o ilícito disciplinar previsto no número 4 do ponto 10.1 do Anexo I do Código de Conduta dos Praticantes, o qual consta e constitui parte integrante do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, entrado em vigor em Novembro de 2006, segundo o qual "o praticante que, tendo aceite a convocatória, falte aos trabalhos, treinos, estágios ou concentração da seleção nacional será punido com pena de suspensão de 3 a 5 provas ou de 2 a 3 meses".

Deste modo, e subsumidos os factos apurados no processo ao Direito aplicável, a conduta adotada pelo arguido consubstancia a prática de infração disciplinar, nos termos constantes do ponto 3.1 do ponto 3 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, devidamente tipificada no normativo regulamentar transcrito no parágrafo antecedente.

IV- DA PENA PROPOSTA

A conduta praticada pelo arguido é punida com a sanção disciplinar acima referenciada.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Da prova produzida nos autos, das circunstâncias do cometimento do ilícito disciplinar em causa e do respetivo enquadramento normativo regulamentar, resulta e decorre que a infração disciplinar praticada pelo atleta arguido deve ser considerada e qualificada como leve- cfr. o disposto nos pontos 3.2 e 3.3 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem.

No que concerne à pena disciplinar proposta, importa desde logo referir que, no caso vertente, existirá como circunstância atenuante a ausência de quaisquer antecedentes disciplinares, sendo o arguido primário, e o seu vasto palmarés desportivo que elencamos seguidamente:

- A. Vice-Campeão Olímpico em K2 1000 metros – Londres 2012;
- B. Cinco medalhas alcançadas em Campeonatos do Mundo;
- C. Treze medalhas alcançadas em Campeonatos da Europa;
- D. Onze medalhas alcançadas em Taças do Mundo;
- E. Cinquenta e Cinco medalhas alcançadas em Campeonatos Nacionais;
- F. Medalha de Ouro em K1 500 e 1000 metros na Universíada 2013;
- G. Medalha de Ouro em K4 500 metros no Festival Olímpico da Juventude Europeia;
- H. Medalha de Ouro em K2 1000 metros na prova de apuramento – 2012.

Todo este brilhante *curriculum* desportivo terá de ser considerado como uma circunstância atenuante, nos termos do disposto na alínea c), do ponto 4.3, do Regulamento Disciplinar da FPC.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Resultará também, como circunstância atenuante do ilícito disciplinar, todas as manifestações de vontade dirigidas ao arguido, de modo a convencê-lo de que, participando em K2 e ou K4 no ciclo olímpico terminado em Londres 2012, de seguida ser-lhe-ia permitido participar no tão desejado K1, conforme o supra exposto.

Nesta sede, e igualmente como circunstância atenuante do ilícito disciplinar cometido, cumpre sublinhar que, já depois da realização dos *supracitados* estágios, realizaram-se outras concentrações nas quais o arguido marcou presença, tudo levando a crer que interiorizou uma mudança comportamental.

Destarte, analisado todo o quadro factual presente, tendo em conta a moldura sancionatória abstrata aplicável, tendo em conta a primariedade do atleta arguido, consideradas as circunstâncias atenuantes que enquadram a prática do ilícito e sopesadas as necessidades de prevenção geral e especial, proponho que o Conselho de Disciplina da FPC, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea a) do ponto 2.1 e pela alínea a) do ponto 2.2, ambos do ponto 2 do RD da FPC, bem como com esteio e fundamento no número 1 do ponto 9.2 do ponto 9 do mesmo RD, aplique ao arguido Fernando Ismael Fernandes Pimenta a pena de 2 (dois) meses de suspensão de toda a atividade desportiva, com execução suspensa até ao final da época desportiva em curso, conforme o disposto no número 4 do ponto 10.1 do ponto 10 do anexo I ao RD da FCP, o qual contém o Código de Conduta dos Praticantes, e bem assim no ponto 9.3, números 1 e 2, do RD da FPC.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Vila Franca de Xira, 25 de março de 2014.

O Relator,

A large, fluid handwritten signature in dark ink, which appears to read 'Renato José Diniz Gonçalves'. The signature is written in a cursive style with long, sweeping strokes.

(Renato José Diniz Gonçalves)

A smaller, more compact handwritten signature in dark ink, located in the bottom right corner of the page. It consists of several sharp, intersecting strokes.